

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CRIMINAL****RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos-SP - CEP 13560-648****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1008455-58.2018.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Habeas Corpus - Crimes do Sistema Nacional de Armas**
 Documento de Origem: **Tipo de Documento dos Dados da Delegacia << Informação indisponível >> - Número Doc. e Dist. Pol. dos Dados da Delegacia << Informação indisponível >>**
 Impetrante: **Itamar Crivelari Muniz**
 Impetrado e Paciente (Passivo): **Denise Gobbi Szakal e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Antonio Benedito Morello**

V I S T O S

Trata-se de **HABEAS CORPUS PREVENTIVO** impetrado pelo advogado **ITAMAR CRIVELARI MUNIZ** em favor de **RENALDO FERNANDES DE FRANCA** (paciente) contra a **DELEGADA TITULAR DA DELEGACIA DE DEFESA DA MULHER, dra. DENIZE GOBHBI SZAKAL**.

Alegando sofrer ameaça de prisão por parte da autoridade mencionada, o paciente deseja obter **habeas corpus preventivo** visando a expedição em seu favor de “salvo conduto” para que o seu direito de locomoção não seja atingido. Sustenta ainda estar sendo vítima de acusação falsa engendrada por sua ex-esposa, que deseja incriminá-lo falsamente, inexistindo provas dos fatos que foram por ela alegados.

Requisitadas as informações, a autoridade policial tida como coatora esclareceu que foi instaurado inquérito contra o paciente visando apurar delito de ameaça e disparo de arma de fogo. Diante das


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CRIMINAL
RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos-SP - CEP 13560-648
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

declarações da vítima, foi solicitada a concessão de medidas protetivas em favor da mesma e como houve alegação de disparo de arma de fogo, também foi representado ao Juízo para a expedição de mandado de busca e apreensão visando a apreensão de arma, medida deferida cujo cumprimento resultou infrutífero, porque nada arma alguma foi localizada no imóvel do paciente. Concluiu inexistir qualquer espécie de constrangimento contra o paciente, que já foi ouvido sobre os fatos a ele imputados, e que não houve representação pela decretação de sua prisão preventiva (fls. 38/44).

O Ministério Público opinou pela denegação da ordem (fls. 178).

Brevemente relatados,

D E C I D O.

Decidiu-se, com precisão, que **"o habeas corpus, como é cediço, é remédio contra o constrangimento ilegal evidente, claro, indisfarçável, e que, de pronto, se revela ao exame do julgador. Não se presta, certamente, à correção de equívocos que, mesmo se existentes, têm sua percepção e reconhecimento subordinados ao exame e à consideração aprofundada da prova ou de dados que tenham servido de suporte à deliberação atacada"** (RJTJESP 128/532).

O impetrante não apresenta a mínima prova de estar havendo abuso ou prática de qualquer ato caracterizador de constrangimento ilegal por parte da autoridade apontada como coatora, especialmente de prisão. A simples instauração de inquérito policial, aberto a partir de representação da vítima, como também as medidas cautelares que foram pleiteadas (protetiva e de busca e apreensão), devidamente fundamentadas e deferidas, não configuram arbitrariedades e tampouco servem para amparar a concessão de salvo conduto, até porque inexistiu pedido de prisão e, caso este venha a ocorrer, passa pelo crivo do judiciário.

Por outro lado, a abertura de inquérito visa justamente investigar fatos. Se o paciente cometeu ou não as ações delituosas



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CRIMINAL

RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos-SP - CEP 13560-648

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

que lhe foram atribuídas, é situação que depende de prova e não pode ser discutida nos estreitos limites do “**habeas corpus**”.

Além disso, a simples abertura de inquérito não constitui constrangimento ilegal a quem quer que seja (RT 504/350, 531/363; JUTACRIM 47/84, 50/83, 52/72, 53/168, 55/105, 56/63, 57/71, 61/364, 63/108, 72/93 e 138, 78/58, 79/95 e 110, 86/91, 87/423; RJTJESP 68/346, 71/282, 73/294, 76/271, etc.).

Assim, não se vislumbra, por parte da Delegada que preside o inquérito instaurado contra o paciente, a prática de qualquer ato constrangedor e tampouco abusivo para justificar a concessão da medida desejada.

Pelo exposto e por tudo mais que dos autos consta, **DENEGO A ORDEM** impetrada.

P. I. C.

São Carlos, 26 de setembro de 2018.

ANTONIO BENEDITO MORELLO
JUIZ DE DIREITO

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**